

CNPJ/ME nº 48.644.747/0001-09 - NIRE 35300604342 ("Sociedade")
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2022

J = Vnu x CDI (1 - Tributos - Taxa de Custódia

onde: J = valor da Remuneração devida mensalmente; Vnu = Valor Nominal Unitário da debênture R\$1.000,00 (um mil reais); CDI = equivalente a aplicação de 120% (cento e vinte por cento) do CDI (Certificados de Depósito Interbancário); Tributos = equivalente aos tributos que sejam aplicados nessa operação; Taxa de Custódia = taxa de manutenção da debênture. 8.3. A remuneração devida aos titulares das debêntures será realizada mensalmente pela **Companhia Emissora**, mediante depósito do valor correspondente nas respectivas contas correntes dos titulares das debêntures. **Cláusula IX. Encargos Moratórios.** 9.1. Na hipótese de impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das debêntures, a **Companhia Emissora** ficará sujeita a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) mês sobre o montante devido, mediante notificação ou interpelação prévia dos debenturistas. **Cláusula X. Extinção das Debêntures.** 10.1. A **Companhia Emissora** fará, nos livros próprios, as anotações referentes à extinção das debêntures e os manterá arquivados pelo prazo de 05 (cinco) anos, juntamente com os documentos relativos à extinção, em sua sede social. **Cláusula XI. Da Assembleia dos Debenturistas.** 11.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, se reunir em assembleia, a fim de deliberar a respeito de qualquer matéria de seu interesse ("Assembleia de Debenturistas"), observadas as disposições legais aplicáveis. 11.2. A Assembleia de debenturistas pode ser convocada pela **Companhia Emissora** ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures subscritas e integralizadas desde 1ª Emissão. 11.3. A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das debêntures subscritas desde 1ª Emissão e, em segunda convocação, com qualquer número. 11.4. Nas deliberações das Assembleias de Debenturistas, cada debênture terá direito a um voto, sendo admitida a representação de debenturista por procurador. 11.5. A Assembleia de Debenturistas será presidida pelo debenturista escolhido pelos presentes. 11.6. Para aprovar eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures desde 1ª Emissão, as deliberações da Assembleia de Debenturistas serão válidas se tomadas por, no mínimo, a maioria absoluta das debêntures subscritas e integralizadas. **Cláusula XII. Disposições Gerais.** 12.1. A **Companhia Emissora** não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pela escrituração dos livros societários correspondentes. 12.2. A **Companhia Emissora** poderá efetuar novas emissões de debêntures ainda que não subscritas todas as debêntures de quaisquer Séries da 1ª Emissão, ou canceladas as não subscritas. 12.3. A **Companhia Emissora** declara que (i) esta 1ª Emissão atendeu aos limites previstos no art. 6º da Lei nº 6.404/76; (ii) a presente Escritura será devidamente inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), nos termos do art. 62., inciso II, da Lei nº 6.404/76; e (iii) serão feitas todas as escriturações exigidas por Lei nos livros correspondentes. 12.4. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da **Companhia Emissora**. 12.5. As comunicações serão consideradas a serem enviadas pelos debenturistas à **Companhia Emissora** serão somente consideradas como entregues e recebidas quando expedidas pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima sob protocolo ou com "aviso de recebimento". As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). 12.6. Para fins da presente Escritura, "Dia(s) Util(e)s" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados e feriados nacionais. 12.7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados a partir do disposto no artigo 132 do Código Civil Brasileiro de 2002, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento. 12.8. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão pela **Companhia Emissora** será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, rescisão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes. 12.9. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. **Cláusula XIII. Foro.** 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente Escritura.

CNPJ nº 48.644.747/0001-09
Assembleia Geral Extraordinária

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação

ICP
Brasil

Acesso

J

d

www

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

